JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.18 06:37:25 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 18 de agosto de 2022 • Nº 1380 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Direito & **Justiça**

Proteção dos skins no metaverso

PÁGINA 4

IBGE

404 mil trabalhadores perderam emprego no comércio em 2020

Com as medidas de isolamento social impostas pela pandemia de Covid-19, o setor do comércio perdeu 404,1 mil trabalhadores, em 2020, em comparação a 2019, das quais 90,4% eram referentes ao comércio varejista (-365,4 mil pessoas), queda de 4,8%. Houve perda também no pessoal ocupado na atividade de comércio de veículos, peças e motocicletas (-76,6 mil), retração de 8,5%. O comércio por atacado foi o único a ampliar o número de funcionários, contratando 37,9 mil pessoas (+2,2%). Os dados fazem parte da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que confirmam os efeitos negativos do surto sanitário global sobre o emprego nessa atividade. Em 2020, primeiro ano da pandemia, 73,7% da mão de obra do setor comercial estavam empregadas no comércio varejista . PÁGINA 2

GERAÇÃO

Senado aprova marco legal para energia eólica no mar

A Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou ontem um projeto de lei que cria um marco regulatório para a geração de energia elétrica offshore - a geração de energia eólica, solar e das marés fora da costa brasileira. A proposta foi aprovada pelos senadores da comissão em caráter terminativo. Isso significa que ela não precisará passar por votação em plenário - a não ser que haja requerimento de algum senador nesse sentido - e será encaminhada diretamente para a Câmara dos Deputados. O projeto de lei aprovado é de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria no Senado, e foi relatado pelo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). O texto estabelece conceitos e prevê diretrizes para a transferência para a iniciativa privada dos direitos de explorar a energia offshore, em uma determinada área. A principal fonte de energia a ser explorada é a eólica, mas também menciona-se a hipótese de instalação de paineis para captar energia solar. "Esse projeto não se resume à energia eólica no mar, ele trata da titularidade do mar territorial, plataforma continental, zona econômica exclusiva e outros corpos de água internos, inclusive: lagoas, lagos, espelhos d'água, para uso de geração de energia. Eu costumo dizer que esse projeto está pronto para qualquer coisa que ainda seja inventada usando a força do mar, as ondas, o vento no mar, etc", afirmou Prates. PÁGINA 2

COVID-19

ABRASIL

PF aponta crime de Bolsonaro por associar vacina contra Covid a Aids

A Polícia Federal afirmou ao ministro Alexandre de Moraes, ontem, que há indícios de que o presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) cometeu crime ao fazer uma falsa associação entre a vacinação contra a Covid-19 e o risco de se contrair o vírus da Aids. Além do presidente, a PF também cita o tenente Mauro Cid, ajudante de ordens do presidente, que teria produzido o texto com informações inverídicas usado pelo presidente na live na qual fez as declarações a respeito do tema. A delegada pede ao ministro "para serem formalizados os respectivos indiciamentos nos presentes autos". Segundo relatório da PF no inquérito sobre o caso, assinado pela delegada Lorena Lima Nascimento, Bolsonaro disseminou as informações falsas em uma live de maneira voluntária e consciente. A delegada afirma que ele causou "verdadeiro potencial de provocar alarma junto aos expectadores, ao propagar a desinformação de que os 'totalmente vacinados contra a Covid-19'. PÁGINA 3

AVIÕES

Médicos criticam fim do uso de máscaras

PÁGINA 3

7 DE SETEMBRO

Exército troca desfile por ato com Bolsonaro

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou ontem que foi comunicado pelo Comando Militar do Leste sobre a participação do Exército no ato marcado para o dia 7 de setembro em Copacabana (zona sul) pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o prefeito, não se trata de um desfile militar tradicional, mas sim um ato "em um pequeno trecho da avenida Atlântica, próximo ao Forte de Copacabana". Paes afirmou que o tradicional evento no centro da cidade não ocorrerá. Ele também afirmou estar previsto "apresentações da Marinha e da Aeronáutica no mar e no espaço aéreo, sem qualquer tipo de interferência nas pistas". "Ao longo dos próximos dias teremos reuniões com as Forças Armadas para a organização de detalhes. Repito: a parada militar não será na Presidente Vargas nem em Copacabana. Essa é a solicitação que recebi do Exército Brasileiro", escreveu o prefeito. O anúncio atende aos desejos de Bolsonaro, que enfrentava resistência do Alto Comando do Exército. Além da força terrestre, o presidente já havia determinado a participação da Marinha e da FAB (Força Aérea Brasileira) no ato na orla. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,17% / 113.707,76 / 195.38 / Volume: 59.912.721.683 / Quantidade: 4.340.314

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
CEMIG PN N1	13.05	+5.67	+0.70
COPEL PNB N2	7.23	+4.48	+0.31
CSNMINERACAOON N2	4.020	+4.42	+0.170
P.ACUCAR-CBDON NM	19.87	+4.30	+0.82
RAIADROGASILON NM	23.44	+4.04	+0.91

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
AMERICANAS ON NM	14.24	–6.13	–0.93
YDUQS PART ON NM	13.25	–5.56	–0.78
VIA ON NM	3.4	–6.08	–0.22
QUALICORP ON NM	11.08	–4.57	–0.53
SUL AMERICA UNT N2	26.50	–3.92	–1.08

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN EDJ N2	32.76	+2.34	+0.75
VALE ON EDJ NM	68.23	–2.46	–1.72
BRASIL ON NM	42.81	–0.90	–0.39
MAGAZ LUIZA ON NM	4.02	–3.13	–0.13
ELETROBRAS ON N1	49.60	+2.39	+1.16

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.980,32	-0,50
NASDAQ Composite	12.938,123	-1,25
Euro STOXX 50	3.756,17	-1,28
CAC 40	6.528,32	-0,97
FTSE 100	7.515,75	-0,27
DAX 30	13.626,71	-2,04

Salário mínimo	R$ 1.212,00	**IGP-M**	0,21% (jul.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	-0,68% (jul.)	Compra: 5,2923	Venda: 5,4723
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(3/8)	13,75%	0,66	até o dia 17/ago	Compra: 5,1779	Venda: 5,1784
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(16/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 289,50	Compra: 5,1668	Venda: 5,1674
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,2593	Venda: 5,2599	Compra: 5,1804	Venda: 5,3604

MERCADOS

Dólar sobe a R$ 5,16 após ata do BC dos EUA; Bolsa sobe 0,17%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A indicação de que o Banco Central norte-americano manterá os juros altos por longo tempo trouxe turbulência ao mercado financeiro internacional. O dólar chegou a ultrapassar os R$ 5,20, mas desacelerou durante a tarde. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu na maior parte da sessão, mas fechou com pequena alta, após reagir perto do fim das negociações.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,168, com alta de R$ 0,028 (+0,53%). A moeda norte-americana chegou a R$ 5,21 no início da manhã, mas diminuiu o ritmo de alta, à medida que capitais externos voltaram a entrar no país.

A volatilidade também prevaleceu no mercado de ações. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 113.708 pontos, com alta de 0,17%, após chegar a cair quase 1% nos primeiros minutos de negociação. A alta foi sustentada pelos papéis da Petrobras, os mais negociados na bolsa, que se beneficiaram do aumento da cotação internacional do petróleo.

Os papéis ordinários (com voto em assembleia de acionistas) da Petrobras subiram 3,33%. As ações preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) valorizaram-se 2,34%. Em contrapartida, papéis de mineradoras e siderúrgicas caíram por causa da queda do minério de ferro ainda sob reflexo da desaceleração da economia chinesa.

Ontem, o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) divulgou a ata da última reunião, em que elevou os juros básicos dos Estados Unidos em 0,75 ponto percentual. Apesar de o documento informar que o órgão deve reduzir o ritmo de alta daqui para a frente, os dirigentes do Fed admitiram que as taxas permanecerão altas por longo tempo, até que as expectativas de inflação na maior economia do planeta estejam controladas.

IBGE

404 mil perderam emprego no comércio em 2020

ALANA GANDRA/ABRASIL

Com as medidas de isolamento social impostas pela pandemia de Covid-19, o setor do comércio perdeu 404,1 mil trabalhadores, em 2020, em comparação a 2019, das quais 90,4% eram referentes ao comércio varejista (-365,4 mil pessoas), queda de 4,8%. Houve perda também no pessoal ocupado na atividade de comércio de veículos, peças e motocicletas (-76,6 mil), retração de 8,5%. O comércio por atacado foi o único a ampliar o número de funcionários, contratando 37,9 mil pessoas (+2,2%).

Os dados fazem parte da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que confirmam os efeitos negativos do surto sanitário global sobre o emprego nessa atividade.

Em 2020, primeiro ano da pandemia, 73,7% da mão de obra do setor comercial estavam empregadas no comércio varejista (7,2 milhões de pessoas); 17,8% no comércio por atacado (1,7 milhão); e 8,5% no comércio de veículos, peças e motocicletas (829,4 mil).

EM DEZ ANOS

De acordo com a sondagem, na comparação com 2011, a distribuição de pessoas ocupadas entre as atividades comerciais apresentou relativa estabilidade - destaque para o comércio de veículos, peças e motocicletas, com redução de 1 ponto percentual, patamar mais baixo em dez anos (de 9,5% para 8,5%). Dentro desse segmento, o principal componente, em termos de variação positiva, foi o comércio de peças para veículos que, em 2020, representou 63,2% das pessoas ocupadas, com ampliação da participação em 6,8 pontos percentuais. Por outro lado, tanto o comércio de veículos automotores, que representou 27,5% desse segmento, como o comércio de motocicletas, peças e acessórios (participação de 9,3%) tiveram quedas, em dez anos, de 5,7 pontos percentuais e 1,1 ponto percentual, respectivamente.

As empresas comerciais empregavam, em 2020, 9.788.081 trabalhadores, representando evolução de 195,5 mil pessoas ocupadas no comércio em dez anos, com destaque para o comércio varejista (+169,6 mil pessoas) e para o comércio por atacado (+104,9 mil pessoas). A pesquisa aponta que o comércio de veículos, peças e motocicletas reduziu o pessoal ocupado em 79 mil pessoas, entre 2011 e 2020.

ATIVIDADES

Das nove atividades que compreendem o segmento de comércio varejista, apenas duas contrataram mão de obra, em 2020: a de hipermercados e supermercados (+1,8 mil pessoas) e a de comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos (+318 pessoas). Já no comércio varejista de tecidos, vestuário, calçados e armarinho, a perda de postos de trabalho foi de 176,6 mil, o que representou redução de 15,3% no volume de pessoas ocupadas em relação a 2019.

A PAC 2020 revela que, em média, cada empresa comercial empregou 7 pessoas, pagando cerca de 1,8 salário-mínimo por mês. O comércio por atacado empregou o maior número médio de pessoas (8), seguido do comércio de veículos, peças e motocicletas e do comércio varejista, ambos com média de 7 pessoas. Em relação à remuneração média, o comércio por atacado pagou os salários médios mensais mais altos (média de 2,7 salários mínimos), seguido do comércio de veículos, peças e motocicletas (2 salários mínimos) e do comércio varejista (1,6 salário mínimo, em média).

Os hipermercados e supermercados, por exemplo, empregaram, em média, 134 pessoas por empresa, em 2020, contra 91, em 2019. O comércio por atacado de mercadorias em geral teve média de 27 pessoas contratadas no primeiro ano da pandemia; e o comércio por atacado de combustíveis e lubrificantes, 22 pessoas. No período de dez anos, o segmento de hipermercados e supermercados ampliou o número de contratados em 36 pessoas por empresa, em média, enquanto o comércio por atacado de mercadorias em geral diminuiu as contratações, em média, em 9 pessoas.

REMUNERAÇÃO

Quanto à remuneração, a maior parte dos segmentos do comércio por atacado pagou, em 2020, salários médios superiores à média de empresas comerciais de 1,8 salário mínimo, com destaque para o comércio por atacado de combustíveis e lubrificantes (5,1 salários mínimos); o comércio por atacado de máquinas, aparelhos e equipamentos, inclusive tecnologia da informação (TI) e comunicação (4,1 salários mínimos); e o comércio por atacado de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos (3,6 salários mínimos).

INICIATIVA PRIVADA

Tráfego privatizado em aeroportos superaria 90% com leilão de Congonhas

DOUGLAS GAVRAS/FOLHAPRESS

O leilão da sétima rodada do programa de concessões de aeroportos, que ocorre hoje, na sede da B3, em São Paulo, pode expandir para mais de 90% o tráfego nacional repassado à iniciativa privada.

No dia, serão ofertados 15 aeroportos, agrupados em três blocos, que serão concedidos por um período de 30 anos. De acordo com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), de 2011 a 2021, o programa de concessões repassou o equivalente a 75,8% do tráfego nacional a agentes privados. Caso os lotes sejam arrematados nesta rodada, a expectativa é que esse percentual chegue a 91,6%.

O leilão de hoje será a terceira rodada de concessões feita em blocos. Neste caso, seis estados brasileiros serão contemplados: Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Juntos, os três blocos processam cerca de 16% do total de tráfego de passageiros do país –um patamar equivalente a mais de 30 milhões de passageiros por ano, segundo dados da Anac de 2019, antes da pandemia. O intuito do governo era juntar aeroportos cobiçados com terminais deficitários, para equilibrar os blocos.

Um dos principais terminais do país, o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, é considerado a joia da coroa, o maior atrativo para investidores que planejam ter atuação relevante no segmento.

Congonhas faz parte do Bloco "SP-MS-PA-MG", que também inclui Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Parauapebas (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG).

O aeroporto paulistano atraiu o interesse do grupo espanhol Aena, que já atua em seis aeroportos na região Nordeste (incluindo Recife, João Pessoa e Maceió), com investimento nesses terminais estimado em R$ 1,4 bilhão.

A Folha informou que o prazo para envio dos envelopes com os lances iniciais terminou na segunda-feira passada e, segundo fontes que acompanharam o processo, a CCR desistiu de participar, frustrando a expectativa do governo.

O total de investimentos nesse bloco é de R$ 5,8 bilhões, sendo R$ 3,3 bilhões apenas em Congonhas. As projeções apontam que a movimentação de passageiros nesses terminais deve chegar a 37,5 milhões em 2052.

A primeira fase de investimentos, com prazo de 60 meses, prevê adequar as pistas de táxi. Os aeroportos também precisam ser adequados para suprirem a capacidade de atendimento aos passageiros e processamento de bagagens, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio.

O governo exige dos operadores experiência no processamento de, no mínimo, 5 milhões de passageiros por ano nos últimos cinco anos ou compromisso de contratação de assistência técnica com operador que atenda a esses requisitos.

GERAÇÃO

Senado aprova marco legal para energia eólica em alto mar

RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

A Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou ontem um projeto de lei que cria um marco regulatório para a geração de energia elétrica offshore - a geração de energia eólica, solar e das marés fora da costa brasileira.

A proposta foi aprovada pelos senadores da comissão em caráter terminativo. Isso significa que ela não precisará passar por votação em plenário - a não ser que haja requerimento de algum senador nesse sentido - e será encaminhada diretamente para a Câmara dos Deputados.

O projeto de lei aprovado é de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria no Senado, e foi relatado pelo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). O texto estabelece conceitos e prevê diretrizes para a transferência para a iniciativa privada dos direitos de explorar a energia offshore, em uma determinada área. A principal fonte de energia a ser explorada é a eólica, mas também menciona-se a hipótese de instalação de paineis para captar energia solar.

"Esse projeto não se resume à energia eólica no mar, ele trata da titularidade do mar territorial, plataforma continental, zona econômica exclusiva e outros corpos de água internos, inclusive: lagoas, lagos, espelhos d'água, para uso de geração de energia. Eu costumo dizer que esse projeto está pronto para qualquer coisa que ainda seja inventada usando a força do mar, as ondas, o vento no mar, etc", afirmou Prates.

"Mas, obviamente, hoje ele se destaca no sentido de permitir esse novo horizonte imediato de investimentos que é o da energia eólica offshore, ou seja, a geração de energia a partir do vento dentro do mar, no mar brasileiro. E para isso nós precisávamos de um marco legal, porque trata-se de todo um conjunto de bens públicos em que há necessidade de segurança jurídica total para que os investidores façam seus vastíssimos investimentos", completou.

Essa transferência pode se dar por dois meios. Um deles ocorre quando algum interessado requer do poder público a autorização para explorar o potencial energético em um determinado prisma. Será necessário apresentar estudos preliminares que mostram as condições e uma prévia do impacto ambiental.

A outra modalidade é quando o poder público realiza a oferta de determinadas áreas - chamadas de prismas - através de um leilão, em processo que guarda semelhanças com as concessões para exploração dos campos de petróleo.

Os critérios de julgamento que serão levados em conta no leilão será o maior valor ofertado e a menor tarifa de energia elétrica ao consumidor, quando for pertinente.

Um dos pontos de grande discussão durante a tramitação foi a questão dos royalties, a remuneração para a União. A proposta inicial previa originalmente de 3% a 5%, mas havia pressão do mercado para que fosse reduzida, de forma a tornar a concessão mais atrativa. O relator então reduziu para 1,5%, índice que consta no texto aprovado.

PROMESSA

Lula quer criar ministério para pequenas empresas

DANIELA ARCANJO/FOLHAPRESS

O ex-presidente e candidato ao Planalto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sugeriu a criação de um ministério de pequenas e médias empresas caso tenha sucesso nas eleições de outubro.

A fala foi feita no seu segundo dia de campanha, em uma reunião com empresários.

"Antes de deixar a presidência, eu propus criar um ministério da micro e pequena empresa. Eu tinha consciência de que não era possível tratar o problema da Volkswagen junto com o problema do mecânico que existia do lado da Volkswagen", afirmou.

Mais ao final do discurso, Lula disse que, caso vença as eleições, seu governo criaria algumas pastas. "Eu não sei se está funcionando o ministério da pequena e média empresa, mas vai ter que funcionar", afirmou.

O evento, em um hotel no centro de São Paulo, não contou com a presença formal de associações da categoria, mas com empreendedores simpáticos à candidatura de Lula.

Falaram empresários do setor de cultura, gastronomia e construção civil, entre outros. Dificuldades na pandemia e inflação deram o tom dos discursos.

Convidados passaram por detector de metais em um esquema de segurança que tem sido reforçado desde a pré-campanha.

O petista deve intensificar conversas com o empresariado ao longo do período eleitoral, grupo que oferece mais resistência.

"Lula não tem apoio majoritário no setor dos empresários – nem no setor dos pequenos empresários", afirma Tita Dias, sócia do restaurante paulistano Canto Madalena.

Filiada ao PT, ela atribui parte da culpa ao próprio partido, por não colocar o empresariado em suas falas. A oposição à reforma trabalhista, diz ela, também pode ter espantado o grupo.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

COVID-19

PF vê crime de Bolsonaro ao associar Aids a vacina

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

A Polícia Federal afirmou ao ministro Alexandre de Moraes, ontem, que há indícios de que o presidente Jair Bolsonaro (PL) cometeu crime ao fazer uma falsa associação entre a vacinação contra a Covid-19 e o risco de se contrair o vírus da Aids.

Além do presidente, a PF também cita o tenente Mauro Cid, ajudante de ordens do presidente, que teria produzido o texto com informações inverídicas usado pelo presidente na live na qual fez as declarações a respeito do tema.

A delegada pede ao ministro "para serem formalizados os respectivos indiciamentos nos presentes autos".

Segundo relatório da PF no inquérito sobre o caso, assinado pela delegada Lorena Lima Nascimento, Bolsonaro disseminou as informações falsas em uma live de maneira voluntária e consciente.

A delegada afirma que ele causou "verdadeiro potencial de provocar alarma junto aos expectadores, ao propagar a desinformação de que os 'totalmente vacinados contra a Covid-19' estariam 'desenvolvendo a síndrome de imunodeficiência adquirida muito mais rápido que o previsto', e que essa informação teria sido extraída de 'relatórios do governo do Reino Unido'."

A PF também pediu o indiciamento de Bolsonaro por, na mesma live, ter disseminado "a desinformação de que as vítimas da gripe espanhola, na verdade teriam morrido em decorrência de pneumonia bacteriana, causada pelo uso de máscara, incutindo na mente dos expectadores um verdadeiro desestímulo ao seu uso no combate à Covid-19".

Em sua live semanal, no dia 21 de outubro do ano passado, Bolsonaro leu uma suposta notícia dizendo que "vacinados (contra a Covid) estão desenvolvendo a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids)". Dias depois, Facebook e Instagram derrubaram o vídeo.

SALÁRIO

Piso de professores da rede municipal terá aumento de 31,8%

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na terça-feira passada um projeto de lei enviado pela prefeitura que aumenta em 31,8% o piso salarial dos professores da cidade. Assim, o salário mínimo da carreira passa de R$ 3.832,37 para R$ 5.050.

Para os professores que ganham acima do mínimo, o reajuste definido foi de 5% –abaixo da inflação dos últimos 12 meses, que já ultrapassou 11%. Os servidores da educação estão sem reajuste desde 2020, quando foi concedido 3%.

Os valores definidos para o reajuste valem para todos os servidores do quadro da educação, não apenas para os professores. Agentes escolares, auxiliares técnicos, diretores e coordenadores também receberão o reajuste nesses valores.

Em nota, o secretário de Educação, Fernando Padula, disse que o aumento é uma forma de "reconhecer e valorizar os servidores da educação".

"Ao mesmo tempo, ao estabelecermos o piso salarial inicial de R$ 5.050 para os professores, também conseguimos atrair novos talentos para esta carreira tão fundamental nos dias de hoje", disse ele.

O projeto de lei também prevê uma atualização nos valores dos auxílio-alimentação e auxílio-refeição a partir de janeiro de 2023. Haverá um aumento de R$ 50 para todas as faixas salariais no auxílio alimentação, ampliando o valor de R$ 550 para R$ 600 aos servidores que recebem até três salários mínimos.

Já o auxílio refeição vai subir de R$ 21,81 para R$ 25,00 por dia trabalhado e passará a ser oferecido também aos servidores que ganham até dez salários mínimos -antes, só recebia quem ganhava até oito salários mínimos.

PESQUISA

Com Bolsonaro, invasões e garimpo em terras indígenas aumentam 180%

O Brasil registrou 305 casos de invasão, exploração ilegal e danos a 226 terras indígenas de 22 estados em 2021, um recorde. O total representa um aumento de 180% em relação aos números de 2018, último antes do início da gestão de Jair Bolsonaro (PL).

Os dados fazem parte do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil lançado ontem, pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O documento aponta que 2021 pode ter sido "para muitos povos, o pior ano deste século". É o sexto ano consecutivo que o levantamento registra aumento na quantidade de casos de violência contra povos indígenas, problema intensificados durante o atual governo.

Entre os povos mais afetados estão os yanomamis (em Roraima e no Amazonas), os mundurukus (Pará), os pataxós (Bahia), muras, (Amazonas), urueu-wau-waus e karipunas (Rondônia), chiquitanos (Mato Grosso) e kadiwéus (Mato Grosso do Sul).

Roberto Liegbott, um dos coordenadores do Cimi e do relatório, afirma que há 20 anos não via uma situação de tanta tamanha vulnerabilidade dos indígenas.

Para ele, isso é consequência dos recordes de desmatamento e do que classifica de políticas anti-indigenistas do atual atual governo.

Cita, por exemplo, o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marcelo Xavier da Silva, que já pediu a abertura de investigações contra defensores da pauta ambiental e é considerado alinhado à pauta ruralista.

Questionada sobre os fatos expostos no levantamento do Cimi, a fundação afirmou que investiu R$ 82,5 milhões em fiscalização nos últimos três anos, que apoia ações de proteção territorial, que investiu R$ 42,5 milhões em regularização fundiária e que obedece a legislação vidente.

"A Fundação Nacional do Índio (Funai) informa que desconhece o conteúdo do levantamento citado e que não comenta dados extraoficiais", afirmou, em nota.

De acordo com o relatório, a escalada das invasões está relacionada a uma série de medidas do poder Executivo que favoreceram a exploração e a apropriação privada de terras indígenas.

É o caso de medidas como a Instrução Normativa número 9, publicada pela Funai em 2020, que permitiu a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas, e a instrução conjunta com o Ibama que permitiu a exploração econômica de terras indígenas por associações e organizações compostas por indígenas e não indígenas.

Além disso, o texto indica que o atual presidente e seus aliados no Congresso fizeram avançar projetos de lei que dificultam a demarcação de terras indígenas ao adotar a tese do marco temporal e que permitem mineração nesses territórios.

Em 2021, uma grande articulação de organizações de povos indígenas em torno da Apib (Associação dos Povos Indígenas do Brasil) promoveu acampamentos em Brasília e manifestações públicas de repúdio a esses projetos.

Desde que assumiu a presidência, Bolsonaro tem cumprido a promessa de campanha de não demarcar "um centímetro" de terra indígena no Brasil. Por causa disso, o Ministério Público Federal entrou com 24 ações civis públicas cobrando providências da Funai e da União, segundo o Cimi.

O relatório identificou que das 1.393 terras indígenas no Brasil, 871 (62%) seguem com pendências para regularização e, destas, 598 são áreas reivindicadas pelos povos indígenas que não contam com nenhuma providência do Estado para dar início ao processo de demarcação.

O Cimi considera como áreas pertencentes aos povos não só aquelas homologadas pelo governo federal, mas todos os territórios reivindicados pelas comunidades, mas que não foram alvo de qualquer providência administrativa por parte da Funai.

CRACOLÂNDIA

Liceu Coração de Jesus fecha as portas após 137 anos

ISABELA PALHARES E CLAUDINEI QUEIROZ/FOLHAPRESS

Fundado há 137 anos, o Liceu Coração de Jesus, no Campos Elíseos, região central de São Paulo, anunciou que vai encerrar as atividades. Instalado nas proximidades da cracolândia, o colégio sofre há décadas com a falta de segurança que tem levado à perda de alunos.

O fechamento do colégio foi anunciado às famílias no começo de agosto. As atividades escolares serão mantidas até o fim do ano letivo. A partir de 2023, o prédio vai funcionar apenas para as atividades sociais, uma creche conveniada com a Prefeitura de São Paulo e um abrigo para catadores de recicláveis, além da paróquia que funciona no local.

Um dos mais tradicionais colégios do país, o Liceu Coração de Jesus foi fundado em 1885 com o apoio da princesa Isabel. Na unidade já estudaram, por exemplo, o ator Grande Otelo e o cantor Toquinho.

O colégio já chegou a ter mais de 3.000 alunos e ofereceu até mesmo cursos de graduação, mas há cerca de 20 anos sofre com a insegurança do local.

O liceu fica na alameda Dino Bueno, a duas quadras da praça Princesa Isabel, onde a cracolândia se concentrou por anos até ser dispersada por uma ação policial em maio deste ano. Ainda que os usuários não se concentrem mais no local, eles têm peregrinado pela região.

Hoje, o colégio tem menos de 200 alunos matriculados e só tem turmas de ensino fundamental (do 1º ao 9º ano). Com baixa procura de famílias, a unidade deixou de ofertar turmas de educação infantil e ensino médio há alguns anos.

Segundo a direção do colégio, o pequeno número de alunos e o alto custo de manutenção do prédio, que ocupa uma área de 17 mil m², tornaram a situação financeiramente inviável.

"Ficou insustentável continuar com o colégio. Não temos mais procura de famílias porque o entorno dificulta muito. Tentamos de tudo para melhorar a situação, mas não é mais possível", disse o padre Cássio Rodrigo de Oliveira.

Em reunião com os pais para anunciar o encerramento, a direção do colégio explicou que os alunos podem ser matriculados em outras unidades da Rede Salesiana Brasil de Escolas na cidade: o colégio Santa Terezinha e o Instituto Madre Mazzarello, ambos na zona norte.

"Sempre existiu a preocupação de corresponder às necessidades de cada momento. Não é sem dor que temos que assumir os momentos difíceis da história. Nos últimos tempos, temos diminuído o número de alunos e de atendimento e é uma situação delicada", disse o diretor do colégio, padre José Adilson Morgado, na reunião com as famílias.

As famílias lamentaram que a insegurança da região tenha forçado o colégio a encerrar as atividades. Edna Santos, 50, é moradora do bairro e mãe de uma aluna que está há oito anos na unidade.

"A situação do bairro está muito difícil, cada dia mais inseguro. E é triste perder uma escola desse tamanho e dessa importância para a insegurança", disse a mãe, que paga atualmente R$ 1.481 pela mensalidade da 8ª série do ensino fundamental.

Manoela Garcia, 39, também já teve os dois filhos estudando no liceu e disse estar inconformada com o fechamento da escola. "Era uma extensão da nossa casa, da nossa família. É uma tristeza muito grande que a situação atual tenha levado ao fechamento de um colégio", disse.

A mãe Patrícia Santana, 38, diz que os pais foram pegos de surpresa com o anúncio do fechamento. "Ficamos bem chateados, tristes. Achávamos que teríamos mais um ano para correr atrás de outras escolas e agora estamos vendo o que fazer. A situação é bem complicada e estamos bem preocupados com o que fazer para o próximo ano."

PAINEL/PCC

Lula vai ao TSE contra Eduardo e outros 67

A coligação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acionou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e outros 67 apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por terem publicado nas redes sociais a foto de um painel instalado em Porto Alegre que associa a esquerda à facção PCC (Primeiro Comando da Capital) e ao aborto. A campanha do petista pede que o tribunal determine ao filho de Bolsonaro e aos demais bolsonaristas a exclusão das postagens com a foto do painel.

Também requer que os responsáveis sejam multados em R$ 25 mil. Os advogados do PT afirmam que os aliados do mandatário compartilharam "conteúdo sabidamente inverídico, de forma a buscar influenciar os eleitores, por meio de uma ligação -errônea- de que partidos de esquerda, como os que compõem a coligação representante, fariam apologia do aborto de forma indiscriminada e possuiriam ligações com o PCC e o narcotráfico". A imagem traz a mensagem "você decide", uma convocação para manifestações do 7 de Setembro e uma comparação que, de um lado, tem a bandeira do Brasil e, de outro, o símbolo do comunismo.

ANVISA

Médicos discordam do fim do uso de máscaras em aviões

MARIA TEREZA SANTOS/FOLHAPRESS

Especialistas discordam da decisão da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de suspender a obrigatoriedade do uso de máscaras em aviões e aeroportos no Brasil. Para eles, ainda não era o momento para tornar a utilização opcional.

A decisão da agência passará a vigorar ao ser publicada no Diário Oficial da União, o que deve ocorrer nos próximos dias.

"Apesar de o Brasil realmente ter avançado com as taxas de vacinação contra a Covid-19, alguns segmentos de faixa etária ainda deixam a desejar, pois não cumpriram todo o esquema vacinal", afirma a infectologista Tânia Chaves, da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI).

Na avaliação dela, é preciso dar atenção a aeroportos e aviões, uma vez que são ambientes com grande circulação de pessoas e porque podem ser uma porta para a entrada de novas variantes vindas de outros países.

"Sabemos que a população de viajantes é considerada sentinela, ou seja, que alerta para a introdução de agravos e novos agentes. Estamos com uma emergência agora, a varíola dos macacos, que foi introduzida por viajantes em diversos países", exemplifica a infectologista.

O vice-presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Claudio Maierovitch, diz que, do ponto de vista científico, retirar a obrigatoriedade significa facilitar a transmissão do vírus.

"Não entendo por que tamanha pressa em tirar um instrumento que comprovadamente funciona para frear isso", afirma o epidemiologista, que ressalta que a média móvel de mortes provocadas pelo coronavírus -atualmente, 176 por dia- ainda é alta.

A epidemiologista Ethel Maciel, professora da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo), entende que faz sentido realizar o debate agora sobre a obrigatoriedade ou não do uso. "Já esperávamos que no final de julho ocorresse a diminuição da onda da variante Ômicron. De todos os momentos que passamos (na pandemia), esse é o mais oportuno para a discussão", afirma.

"Diria que o transporte aéreo é um dos únicos lugares do Brasil que tivemos a colocação de filtros HEPA [(alta eficiência de filtragem de partículas do ar', em português), investimentos de melhoria de qualidade do ar. Porém, ainda que haja esse filtro, se você estiver em um ambiente fechado, é melhor se proteger com a máscara", recomenda Maciel.

A professora lembra que, apesar da obrigatoriedade, na prática ela não funcionava tão bem, pois falta fiscalização. "As pessoas acabam usando só para entrar no avião. Se não utilizam da forma correta, a medida de proteção fica muito prejudicada."

Com a queda da obrigatoriedade, os especialistas ouvidos pela Folha dizem não acreditar que haverá um aumento explosivo de casos. "Mas certamente a redução de novos diagnósticos que poderia haver nesse período será mais lenta", afirma Maierovitch.

Maciel acrescenta que a Anvisa precisa definir critérios para retomar a utilização do instrumento nesses ambientes se o número de casos voltar a subir.

Independentemente de ser obrigatório ou não, Maciel orienta a população a continuar utilizando as máscaras a exemplo do que já é prática em países asiáticos antes do surgimento do coronavírus.

"Toda vez que alguém está com uma infecção ou vai ficar longas horas em locais fechados, principalmente em viagens, eles usam por uma questão de aprendizado com epidemias do passado", informa a professora.

"É uma medida barata, simples, efetiva e que não tem efeitos colaterais, nem impactos negativos sobre a autonomia das pessoas. Então, ela deveria ser a última a ser retirada", finaliza Maierovitch.

LIBEREC SP PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ: 42.291.560/0001-92

Extrato da Ata de Transformação de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima: com sede , foro e domicílio na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Fernando de Albuquerque, 31-cj.72, Consolação, por unanimidade de voto do sócio representante de 100% do capital social, foi deliberado: aprovar a transformação do tipo societário, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações; aprovar a conversão das quotas sociais em ações de sociedade anônima, aumentar o capital social para R$ 1.300,00; aprovar a alteração da denominação social de Liberec SP Participações Ltda. para Liberec SP Participações S/A, aprovar a eleição dos diretores da sociedade e aprovar o Estatuto Social. Eleger os Srs. **Eduardo Duarte**, brasileiro, separado, advogado, titular da carteira de identidade nº. 105.312-A, expedida OAB/SP, inscrito no CPF/ME nº. 024.974.417-15, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Conselheiro Saraiva, 10, Centro, CEP: 20091-030, para o cargo de Diretor Presidente e **Vinicius Aguillar Duarte**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, titular da carteira de identidade nº. 12563815-5, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/ME nº. 053.942.037-92, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Conselheiro Saraiva, 10, Centro, CEP: 20091-030, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 02 (dois) anos. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R$ 15.000,00. Acionistas: Eduardo Duarte e Abisko RJ Administradora de Imóveis Ltda. São Paulo, 16/06/2021. Assinatura do advogado: Eduardo Duarte – OAB/SP: 105312-A. Arquivada na JUCESP nº 35300575652 em 25/08/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 35º 14º 5% 06:16 17:37

Direito & Justiça

Proteção dos skins no metaverso

Usuários e jogadores de games virtuais já estão familiarizados com os famosos skins. Aqueles produtos, bens intangíveis, que podem ser adquiridos no ambiente virtual para incrementar e ornamentar os avatares, tais como roupas, sapatos, acessórios, entre outros.

A comercialização de skins nos games movimenta, aproximadamente, US$ 10 bilhões por ano, de acordo com dados da Globe Commerce.com e cresce exponencialmente a cada dia.

De olho nessa nova era, as grandes marcas já começam a lançar seus produtos e coleções no Metaverso em forma de skins. Um exemplo é a Nike que anunciou inclusive a compra da TFKT, uma empresa de ponta no desenvolvimento e produção de criações digitais.

Assim como ocorre na vida real, com os artigos de luxo e objetos de desejo, na Web 3.0 o usuário começa a se identificar e diferenciar por seus skins.

Como todo ativo em valorização e considerando o ambiente novo do Metaverso, passou-se a discutir os mecanismos de proteção a ele aplicáveis.

Os skins são protegidos pela Lei de Direitos Autorais 9610/98, que prevê :"Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, ...

A proteção à marca e ao desenho preconizadas pela Lei de Propriedade Intelectual também são aplicadas aos skins e devem ser respeitados pelos usuários.

Porém, não obstante esses ordenamentos possam e devem ser aplicados por quem busca a proteção, não podemos esquecer que o Metaverso é um ambiente universal que carece de legislação própria e comum. Desta forma, começaram a surgir os primeiros conflitos envolvendo a proteção dessas criações virtuais.

No final de 2021 foi lançada a Metabirkin e todos entenderam que se tratava da entrada na Web 3.0 da lendária e cobiçada bolsa da grife Hermes. A questão é que Metabirkin não foi lançada pela Hermes, o que levou a marca a iniciar uma das primeiras disputas nesse universo.

O uso indevido de skins também já foi debate Liga Brasileira de Free Fire (LBFF) que puniu a Meta gaming por uso indevido de skins. É só o início de uma nova era que por certo renderá discussões e debates, mas não resta dúvida de que aquele que investir em proteção sairá a frente.

Mariana Valverde
Professora e advogada especializada em propriedade intelectual, sócia de Moreau Valverde Advogados

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ/ME nº 11.114.284/0001-63 - NIRE 33.3.0029179-2
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12/08/2022: Arquivada na JUCERJA sob nº 5046306 em 15/08/2022.

CLUBE DE ENGENHARIA
CNPJ 33.489.469/0001-95
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)
O Clube de Engenharia convoca seus associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária, no dia 25/8/2022, das 12 às 20h, para eleger os novos integrantes do TERÇO DO CONSELHO DIRETOR da entidade. O processo eleitoral realizar-se-á utilizando a rede de conexões instantâneas de dados entre dispositivos (Internet), nos termos definidos pelo Estatuto, Regimento Interno e decisões específicas do Conselho Diretor. A participação do associado no pleito exige estar no gozo de seus direitos e atributos, notadamente seu endereço eletrônico atualizado no cadastro do Clube. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2022. Márcio Ellery Girão Barroso, Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente edital, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições a Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas e Afins de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam ou não associados, com base no Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, com base no Estatuto Social, a realizar-se no dia 22 de agosto de 2022, na Rua Carlos Chambelland, nº 256, Bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ e em Continuidade nas portarias das Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições à Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas em todo Estado do Rio de Janeiro. Ocorrendo em primeira convocação, com quórum legal às 09 horas e 30 minutos e, em segunda e última convocação às 10 horas, com qualquer número de trabalhadores presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação da Pauta de Reivindicações com vistas à revisão salarial normativa com data-base em 1º de novembro de 2022, referente a Convenção Coletiva de Trabalho; b) Autorização para a Diretoria Negociar, Acordar e Celebrar a Convenção Coletiva de Trabalho, ou, em caso de frustração das negociações da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), Autorizar a instauração ou a defesa da Categoria em Dissídio Coletivo de Trabalho, perante o TRT da 1ª Região. Rio de Janeiro, 18/08/2022. Oziel Romualdo de Paula – Presidente.

REAÇÃO NEGATIVA

Líder palestino diz que Israel cometeu '50 Holocaustos'

Os primeiros-ministros da Alemanha e de Israel condenaram ontem os comentários do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, que afirmou que os israelenses cometeram "50 Holocaustos" contra seu povo.

A declaração foi feita por Abbas em Berlim, na terça-feira passada, quando foi questionado sobre a proximidade dos 50 anos do ataque a atletas israelenses por militantes palestinos, nas Olimpíadas de Munique, em setembro de 1972.

"De 1947 até hoje, Israel cometeu 50 massacres em vilas e cidades palestinas, em Deir Yassin, Tantura, Kafr Qasim e muitas outras, 50 massacres, 50 Holocaustos", afirmou, fazendo referência a uma série de incidentes nos quais palestinos foram mortos por israelenses desde a Nakba -termo usado na Palestina para o êxodo em massa da população que fugiu ou foi expulsa de suas casas na guerra de 1948, que acompanhou a criação do estado de Israel.

Segundo um porta-voz do governo alemão, o gabinete do premiê Olaf Scholz convocou o chefe da missão diplomática palestina em Berlim para protestar contra a declaração.

"Para nós alemães em particular, qualquer relativização da singularidade do Holocausto é intolerável e inaceitável", escreveu Scholz no Twitter. "Estou enojado com as observações ultrajantes feitas pelo presidente palestino Mahmoud Abbas."

Já o primeiro-ministro israelense, Yair Lapid, chamou a afirmação de "desgraça moral". Em um post no Twitter, ele escreveu que "Mahmoud Abbas acusar Israel de ter cometido '50 Holocaustos' enquanto pisava em solo alemão não é apenas uma desgraça moral, mas uma mentira monstruosa". "A História jamais irá perdoá-lo", acrescentou.

Em resposta, Abbas emitiu um comunicado no qual chamou o Holocausto promovido pelos nazistas alemães contra os judeus -no qual 6 milhões foram mortos- de "o crime mais hediondo na história moderna da humanidade".

EUA

Diretora de agência de saúde admite erros sobre atuação contra Covid-19

Diretora do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) americano, Rochelle Walensky condenou publicamente a forma como a agência de saúde lidou com a pandemia de Covid sob o seu comando. Segundo ela, o órgão falhou em responder de forma rápida à crise e sua estrutura precisa ser revista. As informações são do jornal The New York Times.

Walensky delineou um plano para reorganizar o CDC em uma reunião com a sua equipe sênior. Os objetivos são priorizar as necessidades de saúde pública e os esforços para conter novos surtos e pôr menos ênfase na publicação de artigos científicos sobre doenças raras.

As medidas anunciadas agora surgiram de uma revisão externa que Walensky havia ordenado em abril, após meses recebendo críticas sobre sua atuação durante a pandemia. Seus críticos diziam que as mensagens públicas sobre uso de máscara e outras medidas de prevenção contra a Covid eram por vezes tão confusas, ou eram modificadas tão abruptamente, que mais pareciam esboços do que orientações visando o público de fato.

Um documento da agência caracteriza as orientações sobre a Covid passadas ao público como "confusas e aflitivas". Os líderes do time responsável por enfrentar o coronavírus se revezavam após poucos meses, deixando outros oficiais de saúde do governo sem saber quem estava no comando. E dados importantes eram às vezes divulgados tarde demais para ajudar decisões federais a serem tomadas.

"Por 75 anos, o CDC e a saúde pública se prepararam para a Covid-19 e, em nosso grande momento, nosso desempenho não atendeu às expectativas", afirmou Walensky, ainda segundo o veículo americano.

O CDC é há anos criticado por ser acadêmico demais. Muitos de seus especialistas estão acostumados a conduzir pesquisas com focos muito específicos, que passam por diversas etapas de revisão, e não aprenderam a lidar com o tipo de ação urgente necessária diante de crises como a do coronavírus ou, agora, da varíola de macacos. As mudanças que Walensky anuncia agora buscam corrigir sobretudo isso, tornando a agência especialista na produção de "dados voltados para a ação" em oposição a de "dados para publicação".

CONTA NO TWITTER

Ditadura da Arábia Saudita condena estudante a 34 anos

Uma estudante foi condenada a 34 anos de prisão na Arábia Saudita por manter uma conta do Twitter e seguir e compartilhar postagens de dissidentes e ativistas.

Segundo o jornal britânico The Guardian, Salma al-Shehab foi detida no país natal dias antes de voltar para a Europa após um período de férias; ela é estudante de doutorado na Universidade de Leeds, no Reino Unido.

A saudita, que tem 34 anos e é mãe de dois filhos pequenos, foi inicialmente condenada a seis anos de prisão. Mas um recurso interposto por um promotor na semana passada, citando outras acusações, levou a uma nova sentença -de 34 anos na cadeia, seguidos por uma proibição de viagens pelos 34 anos seguintes.

De acordo com a Freedom Initiative, organização sem fins lucrativos localizada em Washington, esta é a sentença mais longa dada a uma ativista de direitos das mulheres em Riad.

Shehab não era conhecida como ativista, nem na Arábia Saudita nem na Europa. Sua conta no Twitter, aberta em 2010, mistura fotografias de seus filhos pequenos e posts de dissidentes sauditas exilados pedindo a liberdade de prisioneiros do país.

Segundo o Guardian, que teve acesso a transcrições do julgamento, as novas acusações incluíam a alegação de que Shehab estava auxiliando indivíduos que "buscavam criar tumulto e desestabilizar a segurança civil e nacional", ao seguir suas contas no Twitter e compartilhá-las.

O jornal britânico afirma que a estudante ainda tem chance de entrar com um novo recurso.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos informou que está avaliando o caso de Shehab.

"Exercer a liberdade de expressão para defender os direitos das mulheres não deve ser criminalizado, isso nunca deve ser criminalizado", disse o porta-voz do Departamento, Ned Price, a jornalistas.

A sentença, emitida por uma corte especial de terrorismo, vem a público pouco depois de uma série de encontros entre o príncipe saudita Mohammed bin Salman e mandatários ocidentais. No mês passado, ele foi recebido em Paris pelo presidente francês, Emmanuel Macron, e foi visitado pelo presidente americano, Joe Biden, no Oriente Médio. Meses antes, Boris Johnson, primeiro-ministro do Reino Unido, também foi a Riad.

Conhecido pela sigla MbS, o príncipe herdeiro e líder na prática do país tenta romper o isolamento imposto a ele após acusações de desrespeito aos direitos humanos e de ser o mandante do assassinato do jornalista Jamal Khashoggi.

Ajuda nesse movimento o fato de potências ocidentais procurarem o sucessor do trono da Arábia Saudita, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, em meio à Guerra da Ucrânia e ao aumento dos preços de energia.

Ativistas de direitos humanos vinham alertando que visitas do tipo poderiam encorajar a monarquia a escalar sua repressão a dissidentes e demais ativistas pró-democracia. Em editorial recente, o jornal The Washington Post reproduziu o alerta, escrevendo que as aproximações "oferecem mais um vislumbre do lado brutal da ditadura saudita sob o príncipe e dirigente de fato", que se apresentaria como um modernizador só na fachada.

7 DE SETEMBRO

Exército abre mão de desfile para fazer ato com Bolsonaro

MARIANA DURÃES/UOL/FOLHAPRESS

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), informou que o ato do Exército para o 7 de Setembro no Rio de Janeiro não será um desfile. Os militares vão usar apenas um trecho da avenida Atlântica, próximo ao Forte de Copacabana, "sem arquibancada ou desfile".

Segundo Paes, na data em que será comemorado o bicentenário da Independência do Brasil, devem ocorrer apresentações da Marinha e da Aeronáutica "no mar e no espaço aéreo, sem qualquer tipo de interferência nas pistas" da avenida. Para preparar a organização do evento, devem ser realizadas reuniões nos próximos dias entre a Prefeitura do Rio e as Forças Armadas.

"Repito: a parada militar não será na Presidente Vargas nem em Copacabana. Essa é a solicitação que recebi do Exército Brasileiro", escreveu no Twitter.

O local de realização do desfile virou tema de debate após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter dito que a parada militar aconteceria na orla de Copacabana. A prefeitura da capital fluminense, no entanto, definiu que a comemoração da data aconteceria no centro da cidade, na avenida Presidente Vargas, em torno do Pantheon de Caxias.

Como já havia sido veiculado por alguns órgãos de imprensa, deverão acontecer apresentações da Marinha e da Aeronáutica no mar e no espaço aéreo, sem qualquer tipo de interferência nas pistas da avenida atlântica.

De acordo com o prefeito, as Forças Armadas não fizeram nenhum pedido oficial para transferência do local. À coluna de Chico Alves, do UOL, Paes deu uma outra informação: nem mesmo a Presidência da República enviou qualquer solicitação para que a mudança fosse feita.

Logo que a realização em Copacabana foi sugerida por Bolsonaro, Paes disse no Twitter que estava "inteiramente à disposição do governo federal", mas lembrou que o evento demanda uma "logística bastante complexa". O prefeito ressaltou a estrutura necessária e a demora para montagem.

Bolsonaro havia dito que, na data em que se comemora a Independência do Brasil, ele estará presente em desfiles oficiais pela manhã, em Brasília, como é tradição, e também no Rio de Janeiro, à tarde.

"Nós queremos, pela primeira vez, inovar no Rio de Janeiro. Sei que vocês queriam aqui, mas nós queremos inovar no Rio de Janeiro. Às 16 horas do dia 7 de setembro, pela primeira vez, as nossas Forças Armadas e as nossas irmãs, forças auxiliares, estarão desfilando na praia de Copacabana ao lado do nosso povo", disse, durante a convenção nacional do Republicanos, realizada em São Paulo.

No início de agosto, a colunista do UOL Carla Araújo mostrou que órgãos de inteligência do governo federal estavam tentando dissuadir o presidente Jair Bolsonaro (PL) de promover o desfile militar na orla de Copacabana.

Segundo apurou a coluna, o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) tentam convencer o presidente a recuar da intenção de levar a parada militar a Copacabana, por questões de segurança. Na avaliação das instituições, o desfile deveria ser mantido na avenida Presidente Vargas, que é o local tradicional das celebrações.